

Apresentação

Gênero, família e globalização

ANITA BRUMER*

Resumo

Neste texto faz-se uma resenha dos seis artigos incluídos no dossiê *Gênero, família e globalização*, mostrando tanto aspectos que apresentam em comum como algumas de suas peculiaridades. Uma abordagem comum a todos é a análise da sociedade contemporânea, com base nas mudanças ocorridas no plano mundial mas com resultados específicos para alguns países. Outro aspecto comum é a perspectiva de gênero, que aparece de maneira clara ou implícita. As particularidades dizem respeito à relação entre gênero e raça, o enfoque na família e a teoria queer.

Palavras-chave: Gênero. Globalização. Trabalho. Família. Raça. Teoria queer.

Os seis textos incluídos neste dossiê contemplam parte da diversidade existente nos estudos de gênero. Embora a maioria dos trabalhos nesta temática aborde questões referentes às mulheres, a noção de gênero não se restringe a elas, mas na maioria das vezes prioriza as categorias inseridas nas posições mais baixas das hierarquias que se estabelecem entre homens e mulheres e entre hetero e homossexuais, as quais se entrecruzam, entre outros, com raça, grupos étnicos, classes sociais, populações situadas em espaços determinados, categorias etárias e ocupações ou profissões. Embora

* Doutora em Sociologia pela Universidade Hebraica de Jerusalém. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS.

focalizando uma categoria social específica, esses trabalhos se caracterizam por uma abordagem relacional, na medida em que a categoria enfatizada é examinada relacionalmente àquela que se lhe opõe na hierarquia social.

Os dois primeiros trabalhos apresentados aqui se fundam nas transformações que ocorrem no plano mundial, especialmente em decorrência da globalização, examinando seus efeitos sobre as mulheres. Ambos inserem suas análises numa perspectiva que vai além do nacional, seja por sua aplicabilidade geral, seja por se basearem em dados da realidade sobre uma pluralidade de países. Um focaliza a inserção das mulheres no mercado do trabalho, o outro elabora reflexões sobre a violência contra as mulheres.

A globalização não é um fenômeno recente, mas, em decorrência do avanço da tecnologia, do barateamento dos transportes, da disseminação dos meios de comunicação e do fim da guerra-fria que opunha países socialistas e capitalistas, ela se caracteriza atualmente por uma integração entre todos os países da terra e entre regiões de um mesmo país – incluindo suas populações - em termos econômicos, políticos, sociais e culturais. Como resultado, ocorrem profundas transformações estruturais e organizacionais nas sociedades, que afetam suas populações, entre as quais se encontram a precariedade e a precarização do trabalho, as características da família e seu lugar na sociedade, e as relações entre diferentes grupos e categorias sociais.

A maioria dos estudos sobre este tema centra-se em aspectos econômicos, no marco da mobilidade do capital, mas também são consideradas as características e os efeitos da comunicação interplanetária e das migrações internacionais, a inserção dos indivíduos na sociedade e as relações que se estabelecem entre grupos que ocupam diferentes posições na hierarquia econômica, social e cultural. Neste sentido, os trabalhos deste dossiê contribuem para a ampliação do conhecimento sobre um aspecto sobre o qual se conhece pouco: a relação entre globalização e gênero.

No trabalho "A precarização e a divisão internacional do trabalho", a autora propõe alguns indicadores de trabalho precário e analisa os grupos

sociais mais atingidos por este tipo de trabalho. A ênfase de seu trabalho está na “relação entre a vulnerabilidade crescente do emprego feminino e o processo de globalização”.

Helena Hirata examina a estrutura do trabalho na França e em outros países, de acordo com os setores de atividade, a duração do tempo de trabalho e o sexo dos trabalhadores. Os dados mostram que, como consequência da globalização, na maioria dos países aumenta a participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto no setor formal como no setor informal. No entanto, o aumento dos postos de trabalho ocupados por mulheres é acompanhado pela precarização, caracterizada pela falta de proteção e direitos sociais, redução da jornada de trabalho associada a salários baixos (como é o caso da França) e ausência de qualificação formal. De um modo geral, os empregos se tornam ao mesmo tempo mais flexíveis e menos estáveis.

As mulheres são afetadas de maneira particular pela precarização do trabalho, tendo em vista sua presença significativa no comércio e nos serviços, nos quais são mais frequentes os empregos em tempo parcial e no setor informal. Mesmo “as migrações internacionais femininas representam um dos fatores que reforçam o movimento de precarização do trabalho das mulheres”, tendo em vista seu envolvimento em atividades tradicionalmente desempenhadas por mulheres (serviços de limpeza e de cuidados a crianças, idosos e doentes) que raramente são formalizadas, o que as deixa sem proteção social e outros direitos garantidos aos trabalhadores formais.

A autora desvela também os temas em debate entre os defensores do emprego estável e os movimentos sociais e mobilizações a favor ou contra propostas governamentais em busca de alternativas ao trabalho precário, que destacam a relação entre o indivíduo (seguridade das trajetórias individuais) e o grupo (seguridade social). No entanto, com base nos dados analisados no trabalho incluído neste dossiê, com vistas a ampliar o alcance deste debate Hirata propõe que ele leve em conta as diferenças entre

homens e mulheres na continuidade ou descontinuidade das trajetórias de trabalho e a existência ou não de direitos sociais em diferentes países.

No texto *"Poder y violencia sobre el cuerpo de las mujeres"*, Maria Luisa Femenías e Paula Soza Rossi examinam o significado das configurações atuais do patriarcado, na era da globalização, destacando algumas dificuldades enfrentadas pelas mulheres para alcançar o status de plena igualdade com os homens. Sua intenção é tornar visível a tensão não resolvida entre um universalismo propagado que na prática foi restringido e as demandas de reconhecimento identitário das diferenças reais no interior do coletivo 'mulheres com diversas marcas étnicas ou culturais'.

As autoras privilegiam um aspecto decorrente da globalização, o paradigma informacional (Manuel Castells), para examinar tanto o crescente número de homens inferiorizados por questões econômicas como o recrudescimento da violência contra as mulheres na América Latina e suas possíveis explicações. Sua hipótese central é que os homens – como consequência das mudanças ocorridas no mercado de trabalho e da cultura vigente em nossas sociedades – estariam tentando disciplinar com violência as mulheres "autônomas", vistas por eles como responsáveis por seus males. E as próprias mulheres são exploradas, principalmente em modalidades de trabalho contemporâneos - como as *"maquilas"* e os contratos *"free lance"* - que substituem o trabalho domiciliar clássico do passado. Com base na idéia de que o paradigma informacional estabelece o que precisa ser descrito, interpretado ou explicado e qual descrição dos fenômenos é aceitável, Femenías e Sosa procuram explicar os fenômenos relacionados ao poder e à violência sobre o corpo das mulheres.

O artigo de Femenías e Sosa aproxima-se do de Hirata, na medida em que consideram os efeitos da globalização sobre o mundo do trabalho. Neste sentido, é interessante constatar que as autoras dos dois trabalhos mostram que, graças à globalização, a lógica do trabalho afasta-se do Estado de Bem-Estar para funcionar como um trabalho estruturado segundo o

modelo do trabalho doméstico que tem como resultado a perda de coberturas legais, sociais, de saúde, diminuição da jornada de trabalho, entre outros aspectos. Elas mostram também que os efeitos da globalização sobre o mercado de trabalho são ainda mais perversos nos países dependentes e com democracias débeis, recentes ou inconsistentes, já que provocam o debilitamento das estruturas vinculadas aos direitos sociais. Neste sentido, de acordo com Femenías e Sosa, “ampliam-se as margens de exclusão, desestabilização e crise do varão provedor”. Para essas autoras, o mundo do trabalho é apenas o ponto de partida para o exame das relações de poder entre homens e mulheres e da possibilidade de associação entre a exclusão material, a feminização da pobreza e a violência contra as mulheres.

Com base em suas pesquisas, Femenías e Sosa consideram que se gera uma nova analogia funcional: “se sob o Contrato moderno vigorava (...) o modelo homem-mulher: superior/inferior, a era da globalização substituiu-o por um modelo de posição homem/superior: posição mulher/inferior, independentemente de que indivíduo singular (sexualmente marcado) ocupe cada par”. Não dúvidas de que suas reflexões instigarão o debate e provocarão novos caminhos de pesquisa nos estudos de gênero.

O terceiro texto do dossiê - “Trabalho, temporalidade e relações de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado” - considera que “um dos fatores centrais que explica as inserções desiguais de homens e mulheres no mercado de trabalho refere-se (...) à questão da conciliação entre trabalho e vida familiar”.

A autora do artigo procura avançar na compreensão da dinâmica entre as esferas públicas e privadas do ponto de vista das relações de gênero, a partir de considerações acerca da maneira diferenciada pela qual homens e mulheres manejam o seu tempo e articulam trabalho doméstico e trabalho assalariado. Neste sentido, Rafaela Cyrino adota uma perspectiva relacional, considerando as diferentes inserções sociais dos homens e das mulheres no espaço doméstico e no mercado de trabalho.

Com base em três grupos focais, a autora pretendeu observar as diferentes percepções que homens e mulheres têm dos usos do tempo em seu cotidiano e a forma pela qual eles e elas organizam as suas vidas na perspectiva dos usos do tempo. A análise permitiu evidenciar, em todos os grupos de discussão, a presença de discursos socialmente aceitáveis sobre a igualdade de gênero, que não correspondiam a outros relatos e opiniões expressos pelos participantes dos grupos de discussão, indicando, por um lado, que o discurso nem sempre corresponde à prática, e por outro, que homens e mulheres compreendem de maneira distinta o significado de “divisão das tarefas domésticas”. No que se refere à perspectiva de uma distribuição mais igualitária entre homens e mulheres das tarefas quotidianas na esfera doméstica, ela é repleta de contradições, se ela for visualizada tanto através do aumento da participação dos homens nas atividades domésticas, já que algumas dessas atividades estão fortemente associadas às mulheres (como o cuidado dos filhos), como pela ampliação da jornada de trabalho assalariado das mulheres. Em parte a explicação dessas contradições está na importância do trabalho para homens e mulheres: enquanto que o trabalho consiste numa atividade estruturante e central na vida dos homens, que consideram as tarefas domésticas como acessórias, as inúmeras tarefas assumidas pelas mulheres no lar e fora dele são centrais e organizadoras da identidade feminina. Em síntese, como mostra a autora, “romper com a associação do feminino com o doméstico não é tarefa fácil, pois implica em se desmontar pressupostos morais, crenças e valores estabelecidos sobre as diferenças entre homens e mulheres. Implica em se questionar representações de gênero tradicionais que contribuem para criar um meio discursivo em que diferenças socialmente construídas são vistas como inevitáveis e naturais”.

Rosely Gomes Costa examina as relações entre racialização e gênero no Brasil a partir da análise de alguns autores clássicos e outros atuais. Seu artigo aborda os diferentes processos de racialização por que passam esses autores, indicando que a mestiçagem pode ser considerada tanto poluidora

quanto redentora, conforme épocas, autores, contextos e grupos estudados. Na interpretação da autora, a miscigenação ora é representada como purificadora, para aqueles que, através dela ascendem social ou economicamente; ora é considerada como poluidora, “para aqueles que estão nas posições de dominação, cuja preservação da “pureza” de sangue, tradições, origem, raça, etnia, classe, contribui para a manutenção de seus privilégios”. Em consequência, “Interpretações sobre poluição ou redenção dependem do contexto e é sempre uma questão estratégica”.

A mestiçagem se associa com a perspectiva de gênero quando se consideram alguns padrões matrimoniais entre homens brancos e mulheres negras ou mulatas e entre mulheres brancas e homens negros ou mulatos. A autora utiliza dados dos censos para mostrar que, no Brasil, houve uma mudança nas relações sexuais/afetivas inter-raciais, de modo que o padrão predominante, de relações de homens brancos com mulheres negras e mulatas mudou para uma maior frequência de casamentos de mulheres brancas com homens mais escuros que elas. A explicação para isso está na associação entre cor e posição social, mas também na disponibilidade de parceiros com determinadas características e da propensão para casar. Neste sentido, citando Berquó, Rosely Gomes Costa indica que a razão entre sexos tornou-se desfavorável às mulheres brancas e favorável às pretas e pardas, porque as brancas, excedentes em seu grupo de cor, são levadas a buscar homens mais escuros e as pardas a recorrer aos homens negros.

Associando gênero e cor, então, de maneira semelhante à proposta por Femenías e Sosa para o modelo homem-mulher na sociedade em dois períodos da história, Costa propõe “que a aceitação do grupo de cor negro se dá na medida de sua feminização, isto é, a partir de sua incorporação no pólo dominado feminino, que resulta na sua dupla perda de poder entre os pólos: dominante-branco-masculino *versus* dominado-negro-feminino”. Assim, a autora conclui que “o paradoxo entre a ideologia do branqueamento *versus* a miscigenação como marca nacional, antes que resolvida, explicita-

se justamente na alocação da miscigenação neste *continuum* entre dominados e dominantes, negros e brancos, mulheres e homens”.

O tema desenvolvido por Pedro Sánchez Vera e Marcos Bote Díaz são as relações entre a família, o Estado de Bem Estar e as políticas sociais. A instituição familiar assume uma importância fundamental na Espanha, devido, por um lado, às limitações e carências apresentadas pelo Estado de Bem Estar naquele país durante muito tempo, levando a família a preencher algumas lacunas não cobertas pelas administrações públicas; e por outro lado, tanto a traços culturais que favorecem certa fidelidade familiar como a mudanças na legislação e na própria família.

Os autores explicitam a importância da família entre os países de origem latina, no Sul da Europa, e mostram os principais aspectos que mudaram na Espanha após 1978, mas principalmente após a aprovação da legislação de 1981, basicamente com vistas à melhoria da situação das mulheres (como a despenalização do uso de meios anticoncepcionais, a lei do divórcio, a supressão de diferenças entre filhos legítimos e ilegítimos, a reformulação da legislação sobre abuso sexual e estupro, a modificação da subordinação da mulher ao marido e a lei da igualdade de gênero, entre outras).

Essas mudanças tiveram repercussões sobre a família, afetando a duração absoluta do ciclo vital familiar, a idade média dos jovens ao casar, o número de filhos, as relações entre marido e mulher e entre pais e filhos, a progressiva inserção das mulheres no mercado de trabalho (que teve muitas conseqüências para a remodelização da dinâmica familiar) e o aumento no número de divórcios.

Apesar do aumento do número de separações e divórcios, como indicam os autores, a instituição familiar, longe de se debilitar, foi revitalizada, aparecendo, nas pesquisas de opinião, como a instituição mais valorizada pelos espanhóis. De fato, a família continua a ser a principal instituição de prestação de serviços sociais na sociedade espanhola (o que é exemplificado

pelo cuidado dos idosos), o que ocorre com maior frequência nas classes baixas do que nas classes altas, provavelmente devido à maior precariedade existente entre seus membros.

Finalmente, o último artigo do dossiê trata de um aspecto bastante inovador nos estudos de gênero - a Teoria Queer, cujo objeto é a análise da dinâmica da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais.

De acordo com O autor do artigo, a Teoria *Queer* surgiu nos Estados Unidos no final da década de 1980, com uma proposta de uma mudança de foco dos estudos de minorias que caracterizaram a maioria dos empreendimentos na sociologia para os processos de construção da sexualidade a partir da diáde hetero/homossexualidade. O termo *queer* mostra a presença do inconveniente e abjeto na constituição da sociedade, assim como sua re-significação positiva na teoria social e, como afirma Richard Miskolci, “na perspectiva *queer*, o sistema moderno da sexualidade passou a ser encarado como um conjunto de saberes e práticas que estrutura toda a vida institucional e cultural de nosso tempo”.

Esta teoria promove o encontro entre uma corrente da Filosofia e dos estudos culturais norte-americanos com o pós-estruturalismo francês, que problematizou concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação (com base principalmente em Michel Foucault e Jacques Derrida).

Graças à influência de Foucault, os teóricos queer compreendem a sexualidade como um dispositivo histórico do poder, com base em sua afirmação de que

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências,

encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 2005, p.100).

O artigo contempla os elementos que aproximam a teoria queer dos estudos culturais e aqueles que a distinguem da sociologia da sexualidade. Ele também examina como diferentes sociólogos abordaram as questões relativas à sexualidade, indicando, ao mesmo tempo, os pontos de convergência e divergência entre suas abordagens. Para isso, faz um percurso sistemático e consistente por uma ampla bibliografia, trazendo aos leitores uma bibliografia predominantemente publicada nos Estados Unidos.

Gender, family and globalization

Abstract

The author of this text reviews six articles included in the *Gender, family and globalization* file, showing both the aspects shared by them and some of their particularities. An common approach to all is the analysis of contemporary society, on basis of the changes occurred in the world-wide plan but with results special for some countries. They also share the perspective of gender, which appears in clear or implicit way. The particularities concern the relation between gender and race, the family approach and the queer theory.

Keywords: Gender. Globalization. Work. Family. Race. Queer theory.

Referências

- CASTELLS, Manuel. **La era de La información**, 3 vols. Madrid: Alianza, 2004.
- BERQUÓ, E. Como se casam negros e brancos no Brasil. **Seminário Internacional sobre Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 6-9 março, 1990.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2005.